COVID-19 e o arrendamento de curta duração: efeitos da pandemia na cidade de Lisboa

Índice

2

Introdução

3

Método de recolha dos dados e amostra

6

Resultados do inquérito aos impactos no setor de arrendamento de curta duração

8

Análise de dados complementares

10

Considerações

11

Referências

Introdução

A pandemia COVID-19 causou um impacto global sem precedentes na indústria turística, onde viajar foi considerado uma atividade de alto risco (Zheng et al., 2021). Deste forma, este fenómeno complexo tem concedido uma oportunidade única de se investigar a resiliência de diferentes subsectores turísticos a fenómenos de crise e incerteza (Agustin et al., 2022). No que diz respeito ao subsector do arrendamento de curta duração (ACD) os impactos da COVID-19 são impressionantes, não só devido à natureza do trabalho em si, mas também devido ao acesso limitado a diferentes formas de apoio governamental (ATO, 2020). Em Portugal, a quebra do volume de faturação face a 2019 foi de 70-75% em 2020 e de 55-60% em 2021, notando que os centros urbanos de Lisboa e Porto foram os destinos mais afetados (ALEP, 2022).

Por sua vez, estima-se que a taxa de novas doenças infecciosas aumentará no Antropoceno dando lugar a novas pandemias num futuro próximo (Stephen, 2020), à medida que a hiper-mobilidade do turismo aumenta, se intensifica a concentração de áreas urbanas e se potencia a interconexão da economia global (Jiang, Ritchie & Benckendorff, 2017; Hall, 2010). Esta problemática requer uma análise crítica à forma como a pandemia foi gerida já que a gestão de crises é uma área essencial para se mitigar os impactos da pandemia, acelerar a recuperação e potenciar a preparação dos destinos a futuros surtos.

Este policy brief tem como objetivo disponibilizar à sociedade os resultados de um inquérito sobre os impactos da COVID-19 na oferta turística de ACD da cidade de Lisboa, com maior enfoque nos pequenos e médios proprietários. Visa também expor as estratégias de crise implementadas na operação, fornecendo orientações para o setor e os decisores políticos terem em conta na definição de novas ações de recuperação da pandemia a longo prazo e na prevenção de futuras crises sanitárias no destino.

O documento analisa três questões centrais. A primeira procura medir o nível de preparação do setor a fenómenos de crise e estimar os impactos da pandemia no negócio de ACD. A segunda questão de análise refere-se às estratégias de gestão de crise implementadas pelo setor para controlar a pandemia e estimular a recuperação turística. Por último, a terceira questão pretende identificar os constrangimentos e desafios à recuperação a longo prazo do setor e retoma aos níveis pré-pandémicos. Os dados apresentados contribuem para a investigação sobre gestão de crises em turismo no contexto da COVID-19, fornecendo *insights* e apontando possíveis tendências futuras sobre como os proprietários-gerentes de ACD poderão adotar estratégias eficazes de controle de crise, uma vez que a indústria turística continua a não estar devidamente preparada para gerir e recuperar de crises e desastres naturais (Wang & Ritchie, 2012). O último segmento deste documento reúne algumas considerações para o setor.

Este policy brief tem como objetivo disponibilizar à sociedade os resultados de um inquérito sobre os impactos da COVID-19 na oferta turística de ACD da cidade de Lisboa

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa 2021.08066.BD.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UIDB/00295/2020 e UIDP/00295/2020).

Método de recolha dos dados e amostra

O presente documento foi elaborado com base na recolha de dados primários e secundários com o objetivo de analisar o impacto da crise sanitária COVID-19 na oferta turística de ACD da cidade de Lisboa. Os dados primários foram recolhidos através de um questionário aplicado aos proprietários-gerentes de unidades de ACD na cidade de Lisboa, de forma a medir os impactos da pandemia COVID-19 na operação do negócio. O questionário aplicado possui objetivos de investigação mais alargados do que os apresentados neste policy brief, no âmbito do projeto de doutoramento em turismo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia [Ref.2021.08066.BD]. Este documento trata os seguintes quatro blocos do questionário: (i) nível de preparação do setor de ACD a crises; (ii) impactos causados pela pandemia na operação; (iii) estratégias de gestão da pandemia desenvolvidas; (iv) desafios à recuperação nesta fase de recuperação a longo prazo.

O questionário foi divulgado por email a todos os proprietários-gerentes de ACD com email associado na base de dados do Registo Nacional de Alojamento Local (RNAL) do Turismo de Portugal. Este esteve disponível para ser respondido online, via Google Forms, entre o dia 03/05/2022 e o dia 31/06/2022.

Tabela 1. Caracterização da amostra do inquérito.

Dimensão do negócio (número de unidades de ACD)	%	Tipo de exploração	%
1	43.9%	Próprio (trabalhador independente)	36.7%
2 a 5	38.8%	Próprio (empresário em nome individual)	16.3%
6 a 9	7.1%	Próprio (empresa)	26.5%
10 a 15	0%	Terceiros (contrato de gestão)	20.4%
16 a 20	3.1%		
Mais de 20	7.1%		

Paralelamente, dados secundários referentes ao período de 2019, 2020, 2021 e 2022 foram extraídos do website Inside Airbnb. Estes dados foram analisados longitudinalmente de forma a identificar a concentração espacial da oferta ao longo da pandemia.

A recolha dos dados primários acompanhou o início da época alta em Portugal, com o terceiro Estado de Alerta ainda decretado (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-A/2022).

Através dos meios descritos, foi possível recolher uma amostra não probabilística de 98 proprietários-gerentes de ACD que responderam ao inquérito, com as características que se descrevem na Tabela 1. A amostra não probabilística incide maioritariamente em pequenos proprietários individuais, em detrimento dos atores profissionalizados do setor.

Resultados do inquérito aos impactos no setor de arrendamento de curta duração

De um modo geral, o setor **não se encontrava preparado para lidar com uma crise** como o surto de COVID-19, visto que 94% dos inquiridos afirmaram não possuírem qualquer tipo de plano interno de atuação e gestão de crises antes da pandemia (Figura 1). Os seis inquiridos que afirmaram ter algum tipo de plano interno de atuação em vigor, antes da pandemia, possuíam apenas planos de poupança para sobrevivência financeira em caso de ausência de faturação ou planos de atuação em situação de incêndio. Nenhum dos proprietários-gerentes inquiridos **tinha implementado qualquer plano de contingência específico a crises sanitárias**.

Figura 1. Inquiridos com e sem planos internos de gestão de crises implementados antes da pandemia.

Figura 2. Resposta dos inquiridos à pergunta "Foi forçado a encerrar temporariamente as suas unidades ou a retirá-las dos canais de distribuição?"

Desde o início da pandemia, metade dos respondentes (53%) foram **forçados a encerrar temporariamente** as suas unidades ou a **retirá-las dos canais de distribuição** por consequência da ausência de procura durante os meses de pandemia (Figura 2). Em 2020, esta ocorrência foi mais expressiva durante o primeiro confinamento, especificamente entre os meses de Março e Junho. Já no primeiro trimestre de 2021 registou-se o maior número de encerramentos temporários de unidades e retirada dos canais de distribuição desde o início da pandemia (Figura 3), período marcado pelo agravamento da situação epidemiológica decorrente do alívio das medidas no Natal (Decreto de Lei n.º 11/2020, de 6 de Dezembro; Decreto de Lei n.º 11-A/2020, de 21 de Dezembro) e entrada na terceira e mais acentuada vaga da pandemia, com um registo histórico de uma média diária de 12.891 novos casos, registados ao dia 27 de Janeiro (INE, 2021).

Figura 3. Distribuição mensal do número de encerramentos temporários e/ou retirada dos canais de distribuição (Março 2020 - Maio 2022).

Por sua vez, apenas ¼ da amostra recorreu a **layoff** (Figura 4) com maior concentração entre Abril e Junho de 2020 e o primeiro semestre de 2021 (Figura 5). Esta ocorrência pode ser esclarecida pelo fato da amostra em estudo representar maioritariamente pequenos e médios empresários com uma presença ativa enquanto trabalhadores independentes ou empresários em nome individual na exploração dos seus negócios.

Figura 4. Resposta dos inquiridos à pergunta "Durante a pandemia recorreu a layoff?"

Figura 5. Distribuição mensal do número de inquiridos que recorreu a layoff (Março 2020 – Maio 2022).

Figura 6. Número de inquiridos que registou quebra na taxa de ocupação em 2020.

Figura 7. Número de inquiridos que registou quebra nas receitas em 2020.

Outra consequência da COVID-19 no setor de ACD foi o **impacto direto na taxa de ocupação e quebra das receitas geradas**. Em 2020, 95% dos inquiridos registaram quebras percentuais significativas na taxa de ocupação face a 2019, dos quais 40% testemunharam quebras históricas superiores a 90% (Figura 6). Com a campanha de vacinação em vigor e o alívio das medidas de controlo sanitário, o verão de 2021 caracterizou-se por uma ligeira recuperação da taxa de ocupação face ao período homólogo de 2020.

Em linha com os resultados anteriormente apresentados, 98% dos inquiridos também mencionaram terem sofrido elevadas quebras de receitas em 2020, maioritariamente entre 50% e mais de 90% (Figura 7).

Estratégias de gestão da crise adotadas pelo setor de ACD

O embate da pandemia obrigou a uma resposta concertada por parte do setor, numa tentativa de controlar os impactos da COVID-19 no negócio e reforçar a segurança da operação. De um modo transversal, os proprietários-gerentes implementaram **procedimentos de higienização mais completos** nas suas unidades (Figura 8).

Metade dos respondentes (56%) passaram a incluir **kits de máscaras e desinfetante** nas unidades para promover a segurança dos seus hóspedes. A aposta em **equips fixas de limpeza** com menor rotação de pessoal (37%) e a **suspensão de serviços complementares** (17%) foram outros procedimentos internos implementados, de forma a promover uma operação mais segura. Já o **selo Clean & Safe**, atribuído pelo Turismo de Portugal, foi requerido por 29% dos respondentes como garantia de que as suas unidades operavam em conformidade com os requisitos de segurança e limpeza oficiais para a prevenção e controlo da COVID-19.

Os proprietários-gerentes de ACD implementaram também novos procedimentos de controlo da pandemia na ótica do hóspede, com a **requisição de teste negativo** à COVID-19 no check-in (42%) e posterior solicitação do **certificado de vacinação** (51%) a partir do dia 9 de Julho de 2021 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91-A/2021).

Tendo em conta o panorama de crise e incerteza causado pela pandemia, uma pequena parcela dos proprietários-gerentes foi mais longe, implementando procedimentos tecnológicos inovadores. 28% dos respondentes criaram opções de realização de **check-in remoto** e 11% instalaram **quiosques de self check-in** de forma a diminuir o contacto interpessoal entre hóspedes e funcionários.

Figura 8. Percentagem dos inquiridos que implementaram medidas de combate à COVID-19

Em termos financeiros, 27% dos respondentes afirmam terem recorrido a **linhas de financiamento e apoio** para o turismo criadas pelo governo de forma a tentar assegurar a viabilidade financeira dos seus negócios durante a pandemia (Despacho Normativo n.º 4/2020). O processo de financiamento em si foi classificado como um processo **burocrático** e de **difícil acesso** para os pequenos empresários.

Outro aspeto que merece menção nos resultados obtidos diz respeito às **estratégias de marketing e revenue** implementadas pelos proprietários-gerentes de ACD durante a pandemia. Para combater a incerteza da evolução da pandemia em Lisboa e estimular a procura, os respondentes flexibilizaram as suas **políticas de cancelamento e alteração de reservas** e **reduziram os preços**, especialmente durante a primeira, segunda e terceira vaga. Paralelamente, 26% dos respondentes desenvolveram novos **pacotes promocionais** e **campanhas de marketing digital** para aumentar a visibilidade e fomentar a procura após os períodos de confinamento (Figura 9).

Perto de 15% dos respondentes indicaram a relevância de se **comunicar o selo Clean & Safe** como atrativo à confiança de potenciais hóspedes. Por último, de forma a manter a operação do negócio na ausência de turistas, ¼ dos proprietários-gerentes inquiridos revelaram ter **apostado em novos nichos de mercado**, com especial foco nos segmentos de **nómadas digitais e estrangeiros residentes**. Já uma pequena parcela dos respondentes (8%) mudou radicalmente a estratégia de negócio durante a pandemia, **requalificando** os seus alojamentos em **alugueres de média e longa duração**, de forma a assegurar reservas por períodos mais alargados.

Figura 9. Percentagem dos inquiridos que implementaram alterações no modelo de negócios entre 2020 e 2022.

Perspectivas de recuperação do setor de ACD a médio e longo prazo

Quando inquiridos sobre quais as maiores dificuldades à recuperação do negócio durante a pandemia, os proprietários-gerentes identificaram um conjunto de desafios a dois momentos.

Numa primeira fase demarcada pela alteração sucessiva de períodos de confinamento e reabertura decorridos entre 2020 e 2021, as maiores dificuldades à estabilização da operação passaram pelo elevado **cancelamento de reservas**, a constante **alteração das medidas decretadas** pelo governo segundo a evolução epidemiológica no país, a grande **dificuldade de acesso a medidas de apoio financeiro** e a capacidade de **sobrevivência financeira**.

Por sua vez, à data de realização deste inquérito os respondentes preparavam a retoma do verão de 2022 livre de medidas restritivas de deslocação, identificando um conjunto de novos desafios à recuperação da operação a longo prazo. A **viabilidade financeira** do negócio é agora identificada como o grande desafio à recuperação do setor, tendo em conta o estrangulamento financeiro provocado pela falta de procura, a carga fiscal sob o setor e a necessidade de amortização dos empréstimos contraídos. Já a **inflação dos preços** provocada pela carência de matérias-primas, uma consequência da forte restrição das economias imposta pela pandemia seguida da abertura dos mercados, e a subida dos preços da energia por

consequência da guerra na Ucrânia, aumentam esta preocupação. Cerca de 20% dos proprietários-gerentes inquiridos identificam ainda o problema de **falta de mão de obra qualificada para trabalhar** decorrente da migração de profissionais para outros setores durante a pandemia. De forma não expressiva, dois inquiridos indicaram igualmente a recente **decisão do supremo tribunal** em considerar ilegal o exercício de atividade em frações destinadas à habitação e as contínuas regulações sobre o ACD como outras dificuldades à recuperação do negócio.

Não obstante das dificuldades à recuperação acima apresentadas, outra evidência que merece destaque nos resultados obtidos diz respeito aos **níveis de confiança que os proprietários-gerentes inquiridos manifestam em relação à recuperação pós-COVID do turismo internacional até ao final de 2022**. A recuperação do negócio dependerá da capacidade da indústria se adaptar ao cenário de modificação e incerteza de forma a mitigar os efeitos da pandemia (Supardi, Kudus, Hadi, & Indonesia, 2020), bem como do aumento da confiança dos turistas em viajar e da diminuição da perceção do risco associado (Assaf & Scuderi, 2020; Brito-Henriques et al., 2020). Este resultado é positivo e revela bons níveis de confiança a uma possível normalização do turismo internacional, registando uma pontuação média de 5,5 num máximo de 7 na escala de Likert (Figura 10).

Figura 10. Resposta dos inquiridos à confiança da recuperação do turismo internacional até ao final de 2022 (Escala de Likert).

Análise de dados complementares

O tratamento e análise dos dados extraídos da plataforma Inside Airbnb corroboram os resultados anteriormente apresentados, permitindo quantificar a variação espaço-temporal do setor de ACD ao longo da pandemia.

A concentração de unidades de ACD seguia uma **tendência evolutiva de crescimento** até Março de 2020, momento em que foram identificados os primeiros casos de COVID-19 em Portugal. A Março de 2019, a cidade de Lisboa contabilizava um total de 13.383 unidades de ACD (Figura 11), das quais 10.561 apartamentos e 2.822 quartos, com maior concentração nas freguesias de Santa Maria Maior e Misericórdia (Figura 12), freguesias identificáveis como o centro histórico da cidade (Inside Airbnb, 2022). Em termos de preços, o setor praticava um preço médio global de 86,09€ a noite, 89,93€ por apartamento, 70,83€ por quarto privado e 23,88€ por quarto partilhado (Figura 11).

Já a Março de 2020 o setor registou um crescimento percentual anual global de 8,53% do número de unidades em operação, totalizando 14.524 unidades, das quais 11.335 apartamentos e 3.189 quartos. O preço médio global praticado era de 94,80€ a noite, 99,68€ por apartamento, 81,83€ por quarto privado e 21,98€ por quarto partilhado (Figura 11). A concentração de unidades de ACD no centro da cidade intensifi-

cou-se com as freguesias de Santa Maria Maior, Misericórdia e Arroios (Figura 12) a registar os valores mais altos.

Um ano após o começo da pandemia em Portugal, os valores do setor de ACD espelham os impactos diretos da COVID-19 na operação turística. A Março de 2021, em pleno período de confinamento da segunda vaga, a tendência evolutiva do setor ficou demarcada por uma **contração global de 25,49%** registando-se apenas 10.822 unidades (Figura 11) em operação, 8.326 apartamentos e 2.493 quartos. O **preço médio global** sofreu uma **contração de 6,08%** baixando para 89,08€ a noite, 99,03€ por apartamento, 62,23€ por quarto privado e 29,90€ por quarto partilhado. Estes dados corroboram os resultados do inquérito realizado aos proprietários-gerentes onde parte da amostra expressou ter sido forçada a encerrar temporariamente os seus alojamentos devido à falta de procura e a diminuir os preços numa tentativa de estimulação da pouca procura à data.

Em comparativo, a Março de 2022 a situação epidemiológica em Portugal passava para situação de alerta, o nível mais baixo de resposta a situações de catástrofes. Simultaneamente, 93% dos portugueses já se encontravam completamente vacinados contra a COVID-19 (Direção Geral de Saúde, 2022). Apesar desta estabilização da pandemia e da retoma gradual da procura, o setor verificou uma **contração global de 8,67%**, registando-se um mínimo de 9.884 unidades em operação (Figura 11), 7.898 apartamentos e 1.986 quartos, com maior concentração na freguesia de Santa Maria Maior

Figura 11. Evolução do número de unidades em operação e do preço médio global em euros de ACD em Lisboa (2019-2022).

Fonte: Inside Airbnb.

(Figura 12). Contrariamente, o **preço médio global** a noite verificou um aumento de 17,88% face a 2021, registando um **novo valor máximo** de 104,96€ a noite, 112,75€ por apartamento, 74,20€ por quarto privado e 69,40 € por quarto partilhado.

Esta situação espelha a **sensibilidade do setor** a situações de crise onde muito provavelmente, apesar do aumento da procura internacional com a estabilização da pandemia, o stress financeiro decorrente dos dois anos de pandemia veio colocar em causa a viabilidade financeira de várias unidades de ACD.

Figura 12. Número de unidades de ACD por freguesia na cidade de Lisboa (2019–2022).

A lei da oferta e da procura facilmente explica o aumento do preço médio face ao decréscimo da oferta e ao aumento da procura.

Outro aspeto que merece interpretação é o facto de a pandemia ter provocado uma quebra de unidades disponíveis para arrendamento bastante mais acentuada nas freguesias periféricas do que no centro histórico (Figura 13).

Figura 13. Variação em percentagem do número de unidades de ACD nos períodos entre 2019–2020, 2020–2021, 2021–2022 por freguesia na cidade de Lisboa.

Considerações

Dos dados reunidos neste **policy brief**, salientam-se três **ideias-chave** que devem ser tidas em conta pelos atores do setor de ACD:

- Ficou evidente a impreparação do setor para lidar com uma crise de saúde pública e a importância dos proprietários-gerentes implementarem planos de gestão de crise de resposta a futuros surtos epidémicos;
- O impacto dramático da COVID-19 no negócio obrigou a alterações no modo de operar (implementação de procedimentos de higienização e medidas de segurança) e no modelo de negócio (medidas de reajuste financeiro e de estratégia de marketing) num esforço de estimular a procura;
- Nesta fase de estabilização da pandemia e retoma do setor, a viabilidade financeira de vários negócios está ameaçada devido ao stress financeiro decorrente da contração da procura em 2020 e 2021 e do aumento da inflação em 2022 e 2023.

Os impactos da pandemia na operação do negócio de ACD foram tão fortes que será importante reter estas ideias-chave numa abordagem coordenada e abrangente a todas as partes interessadas para estimular a **recuperação a longo prazo**.

Tendo em conta a incerteza dos tempos e a imprevisibilidade da pandemia, o **desafio maior** dos *stakeholders* turísticos e decisores políticos passa agora pela **salvaguarda da viabilidade financeira** das empresas de ACD. Medidas que visem aliviar o stress financeiro das empresas e flexibilizar os empréstimos contraídos como hipotecas flexíveis, empréstimos sem juros ou novas opções criativas de financiamento poderão aliviar a pressão sob o negócio (Assaf & Scuderi, 2020).

A COVID-19 desencadeou baixas sem precedentes na **mão de obra qualificada disponível para trabalhar** no setor. Esta situação requer a criação de medidas de reconquista da confiança do capital humano para estimular o seu regresso ao setor, elevando a sua capacidade de otimismo e resiliência perante eventos desafiadores (Mao et. al, 2020).

A pandemia fornece ainda importantes lições a serem tidas em conta dada a sensibilidade e vulnerabilidade do turismo a futuros eventos de crise (Gössling et. al, 2021). Apostar no planeamento e implementação de planos de gestão de crise adequados às especificidades do setor é outro caminho crítico a ser seguido no futuro, que contribuirá para a recuperação e transformação a longo prazo mais resiliente (Rivera, 2020).

Em última análise, esta trajetória de aprendizagem coletiva entre proprietários-gerentes, decisores políticos e capital humano, permitirá ao setor evoluir de forma mais resiliente e sustentável no futuro pós-pandemia (Sharma et. al, 2021).

Referências

- ALEP. (2022). Alojamento local em Lisboa em período de pandemia – Janeiro de 2022. Atividade turística – Maio de 2020. Associação do Alojamento Local em Portugal. Disponível em https://www.alep.pt/MEDIACENTER#_4zi9d3h9s
- Assaf, A., & Scuderi, R. (2020). COVID-19 and the recovery of the tourism industry. *Tourism Economics*, 26(5), 731-733. <https://doi.org/10.1177/1354816620933712>.
- Augustin, P., Sokolovski, V., Subrahmanyam, M. G., & Tomio, D. (2022). In sickness and in debt: The COVID-19 impact on sovereign credit risk. *Journal of Financial Economics*, 143(3), 1251-1274. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2021.05.009>
- Brito-Henriques, E., Boavida-Portugal, I., & Arrobas, F. (2020). *COVID-19 e turismo: danos reputacionais e efeitos da pandemia nos planos de férias e viagens* (TERRITUR Policy brief 2020). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. <https://doi.org/10.33787/CEG20200001>
- DGS. (2022). Relatório de Vacinação Março 2022. Disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/relatorio-vacinacao/>
- Gössling, S., Scott, D., & Hall, C. M. (2021). Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 29(1), 1-20. DOI: 10.1080/09669582.2020.1758708
- Hall, C.M., (2010). Crisis events in tourism: subjects of crisis in tourism. *Current Issues in Tourism*, 13(5), 401-417. DOI: 10.1080/13683500.2010.491900
- INE. (2021). COVID-19: uma leitura do contexto demográfico e da expressão territorial da pandemia, 12 de maio de 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=493706624&DESTAQUESmodo=2
- Inside Airbnb (2022). Get the data, Lisbon, Portugal. Disponível em: <http://insideairbnb.com/get-the-data/>
- Jiang, Y., Ritchie, B. W., & Benckendorff, P. (2017). Bibliometric visualisation: An application in tourism crisis and disaster management research. *Current Issues in Tourism*, 22(16), 1-33. Doi: 10.1080/13683500.2017.1408574
- Mao, Y., He, J., Morrison, A. M., & Andres Coca-Stefaniak, J. (2020). Effects of tourism CSR on employee psychological capital in the COVID-19 crisis: From the perspective of conservation of resources theory. *Current Issues in Tourism*, 24(19), 2716-2734, DOI: 10.1080/13683500.2020.1770706
- OECD. (2020). OECD Employment Outlook 2020: Worker Security and the COVID-19 Crisis. Organization for Economic Co-operation and Development. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2020_1686c758-en
- Rivera, M. A. (2020). Hitting the reset button for hospitality research in times of crisis: Covid19 and beyond. *International Journal of Hospitality Management*, 87. DOI: 10.1016/j.ijhm.2020.102528
- Sharma, G. D., Thomas, A., & Paul, J. (2021). Reviving tourism industry post-COVID-19: A resilience-based framework. *Tourism Management Perspectives*, 37, 1-11. DOI: 10.1016/j.tmp.2020.100786
- Stephen, C. (2020). Rethinking pandemic preparedness in the Anthropocene. *Healthcare Management Forum*, 33(4), 153-157. 10.1177/0840470419867347
- Supardi, S., Kudus, U. M., Hadi, S., & Indonesia, U. I. (2020). New perspective on the resilience of SMEs proactive, adaptive, reactive from business turbulence: A systematic review. *Journal of Xi'an University of Architecture & Technology*, 11(5), 1265-1275
- Wang, J., & Ritchie, B.W. (2012). Understanding accommodation managers' crisis planning intention: an application of the theory of planned behaviour. *Tourism Management*, 33(5), 1057-1067
- Zheng, D., Luo, Q., & Ritchie, B. W. (2021). Afraid to travel after COVID-19? Self-protection, coping and resilience against pandemic 'travel fear'. *Tourism Management*, 83, 104261, 10.1016/j.tourman.2020.104261

O grupo de investigação TERRITUR (Turismo, Património e Território) desenvolve investigação crítica e aplicada sobre o turismo na sua relação com as mudanças sociais, os patrimónios natural e cultural, e enquanto fator de transformação das paisagens e dos territórios. Investigadores de várias instituições de ensino superior portuguesas integram este grupo de investigação do Centro de Estudos Geográficos, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da ULisboa. A nossa atividade está integralmente alinhada com as preocupações socioecológicas do desenvolvimento sustentável e é missão do nosso grupo de investigação ajudar a traçar caminhos que contribuam para um turismo ambiental e socialmente mais responsável.

Ficha técnica

Autoria
Mariana Casal-Ribeiro
Inês Boavida-Portugal

Design
Susana Gama

TERRITUR Policy Brief 2023
Centro de Estudos Geográficos

ISBN: 978-972-636-305-7

DOI: 10.33787/CEG20230001